COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PRÁTICAS ILÍCITAS NO ÂMBITO DO BNDES

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO № , DE 2019

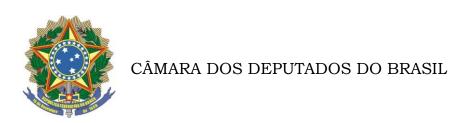
(Do Sr. Pedro Uczai PT/SC)

Requer que seja convocado o Sr. Paulo Guedes, Ministro da Economia, a fim de prestar esclarecimentos a respeito do resultado de auditoria realizada pela Fundação dos Economiários Federais – Funcef que aponta pagamento de ágio sem justificativa técnica para empresas do Ministro em operações financeiras com recursos do BNDES.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à Convocação do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, para comparecer ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa sobre a repercussão de denúncias que envolvem fundos de pensão e empréstimos feitos junto ao BNDES.



JUSTIFICATIVA

As Comissões Parlamentares de Inquérito, constituem- se em importante procedimento jurídico-constitucional decorrente da função típica do Poder Legislativo de fiscalização político-administrativa e financeiro-orçamentário.

Matérias veiculadas em diversos meios de comunicação apontam a possível prática de ilícito em operações financeiras em favor de empresas vinculadas ao Ministro Paulo Guedes.

Referida auditoria apontou ganhos excessivos de Paulo Guedes em negócios com recursos de fundos de pensão, por meio de sua empresa de gestão de ativos, fundos de investimentos que receberam, entre 2009 e 2014, R\$ 1 bilhão em recursos dos institutos que administram os planos de pensão e aposentadoria dos empregados de empresas públicas.

Os investimentos foram feitos com recursos captados de fundos de pensão patrocinados por estatais e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Portanto, para que sejam esclarecidas tais acusações e para que o Ministro tenha oportunidade de apresentar sua defesa, solicitamos apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala de Comissões, 12 de junho de 2019.

Dep. Pedro Uczai (PT/SC)